

O CONTRIBUTO DA REVOLUÇÃO EUROPEIA DE 1848 À TEORIA REVOLUCIONÁRIA DE K. MARX

De *Irene Viparelli*

Tradução em português: *Paolo Russo*

Resumo

“Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta”. Este princípio teórico foi a descoberta fundamental e o grande contributo da revolução de 1848: não foi só o pressuposto de uma nova perspectiva política anti ideológica, que levou Marx a criticar violentamente os projectos conspiradores dos democráticos exilados em Londres e provocou a cisão na asa Willich-Schapper da reconstruída Liga do comunistas, mas sobretudo foi um meio de autocrítica fundamental. De facto a individuação da ligação intrínseca entre crise e revolução impôs uma radical problematização da teoria marxiana que teve que deixar os pressupostos ideológicos dos últimos resíduos de “filosofia da história” que, no limiar da revolução, ainda inibiam a formulação de uma teoria revolucionária orgânica e coerente em tudo.

Palavras chave: revolução, política, ideologia, democracia.

Abstract

“A new revolution is possible only after a new crisis. But it is as certain as this”. This theoretical principle was the fundamental discovery and the great contribution of the 1848 revolution: not only the assumption of a new political anti ideology that led Marx to violently criticize the projects of democratic conspirators in exile in London and caused a split in the wing Willich-Schapper rebuilt the League of Communists, but rather was a means of self-critical. In fact, the individuation of the intrinsic link between the crisis and revolution has imposed a radical questioning of the Marxist theory that had to leave the ideological assumptions of the last remnants of “philosophy of history” that, on the brink of revolution, also inhibited the development of a revolutionary theory Organic and consistent at all.

Keywords: revolution, politics, ideology, democracy.

Linearidade e ciclicidade¹

Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta”.²

Este princípio teórico foi a descoberta fundamental e o grande contributo da revolução de 1848: não foi só o pressuposto de uma nova perspectiva política anti-ideológica, que levou Marx a criticar violentamente os projetos conspiradores dos democráticos exilados em Londres e provocou a cisão na asa Willich-Schapper da reconstruída Liga do comunistas, mas sobretudo foi um meio de autocrítica fundamental. De fato a individuação da ligação intrínseca entre crise e revolução impôs uma radical problematização da teoria marxiana que teve que deixar os pressupostos ideológicos dos últimos resíduos de “Filosofia da História” que, no limiar da revolução, ainda inibiam a formulação de uma teoria revolucionária orgânica e coerente em tudo.

Na *Ideologia alemã*, Marx definiu a própria concepção da História em oposição a todas as concepções filosóficas e ideológicas:

Com a representação da realidade, a filosofia autónoma perde o seu meio de existência. Em seu lugar pode, quando muito, surgir uma sùmula dos resultados mais gerais que é possível abstrair da consideração do desenvolvimento histórico. Estas abstracções não têm, separadas da história real, o menor valor. Mas não dão, de modo nenhum, como a filosofia, uma receita ou um esquema segundo o qual as épocas históricas possam ser ajustadas ou ajustadas. A dificuldade começa, pelo contrário, precisamente quando nos damos a consideração e ordenação do material, seja de

¹ Neste trabalho serão utilizados os acrónimos: *Mega*² K. Marx, F. Engels, *Gesamtausgabe*, edição do Instituto para o Marxismo-Leninismo do Cc do Pcus e do Instituto para o Marxismo-Leninismo do Cc do Partido Socialista Unitário Alemão (Sed), Berlim, Dietz Verlag, 1975ss, indicando a secção com números romanos e o volume e a página com números árabes; *MEW* = K. Marx, F. Engels, *Werke*, edição do Partido Socialista Unitário Alemão (Sed), Berlim, Dietz, 1957ss; *MEOC* = K. Marx, F. Engels. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1972.

² *Mega*², I, 10, p. 467; tr. pt., *Obras escolhidas*, Tomo I, edição dirigida por um coletivo composto por J. Barata-Moura, E. Chitas, F. Melo e Á. Pina, edições “Avante!”, Lisboa, 1982. p. 299.

uma época passada seja do presente, à representação real. A eliminação destas dificuldades está condicionada por premissas que de modo nenhum podem ser aqui dadas, e que só resultarão claras do estudo do processo real da vida e da acção dos indivíduos de cada época.³

A teoria marxiana, ao contrário das filosofias da história, funda-se na utilização consciente das conceitualizações e generalizações teóricas: os universais, reconhecidos como produto da abstração das diferenças peculiares dos objetos determinados, já não podem ser considerados o fim último do conhecimento, mas cumprem um papel “prático” derivado pela peculiar capacidade sintética: servem para definir os tratos comuns da História humana. O conhecimento científico só se pode definir por meio da superação desta dimensão “filosófica” do pensamento: essa refere-se a um objeto específico e está finalizada à definição das suas características peculiares, à irredutibilidade, à dimensão genérica e abstrata, a sua “*differentia specifica*”.⁴

Esta perspectiva metodológica funda duas dimensões diferentes da temporalidade – a primeira linear e a segunda cíclica – e determina a relação recíproca deles. A “temporalidade linear filosófica” é a condição transcendental da História mesma: a modalidade especificamente humana de se relacionar à natureza duplica o significado e o valor do elemento “natural”, que, em cada época, torna-se ao mesmo tempo a expressão do trabalho humano das épocas passadas que tem que ser guardado e o pressuposto para o desenvolvimento ulterior das forças produtivas humanas, que deve ser ulteriormente transformado.⁵ A revolução, em todas as épo-

³ MEW, 3, p. 27; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 15.

⁴ Cfr. G. M. Cazzaniga. *Funzione e conflitto. Forme e classi nella teoria marxiana dello sviluppo*. Napoli: Liguori, 1981. p. 25-28; R. Fineschi, *Hegel e Marx. Contributi a una rilettura*. Roma; Carocci, 2006. p. 30-32; R. Finelli. *Un parricidio mancato. Hegel e il giovane Marx*. Torino: Bollati Boringhieri, 2004 e M. Vadée. *Marx penseur du possible*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1992. p. 224-225.

⁵ “En fin de compte, qu’est-ce qui caractérise l’histoire historique des hommes, par opposition à l’histoire naturelle de la nature? L’histoire possède bien un trait spécifique qui la différencie de la nature. C’est la transformation de conditions ‘naturelles’ (y compris les conditions socio-naturelles) en conditions qui sont elles-mêmes un résultat produit par une activité sociale. Les conditions externes données, trouvées là, sont modifiées et changées en conditions internes produites et reproduites. La société se renouvelle et reproduit ses conditions, y compris ses conditions socio-naturelles, qui, au début, lui sont imposées, mais qu’en même temps elle modifie” (M. Vadée. *Marx penseur du possible*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1992. p. 224-225).

cas, é o instrumento para destruir as velhas relações e para fundar uma diferente “natura”, uma diferente objetividade que, adequada às forças produtivas desenvolvidas, realiza uma nova efêmera harmonia entre o elemento conservador e aquele revolucionário.

A “temporalidade cíclica” marca a passagem a um novo nível de análise, aquele do conhecimento científico: descrevendo a peculiar dinâmica de realização da “lei geral da história” no modo de produção do capitalismo – objeto específico da investigação marxiana – põe à luz as qualidades determinadas e seus elementos de irredutibilidade e a unicidade da sua essência.⁶

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, por conseguinte todas as relações sociais.⁷

Em oposição às outras classes dominantes da História, que encarnavam a dimensão conservativa e estática das relações de produção constituídas, a burguesia interioriza o elemento revolucionário do indefinido desenvolvimento das forças produtivas como essência peculiar deles. As “circunstâncias objetivas” conseqüentemente, na forma de produção do capitalismo, perdem a própria fisionomia tradicionalmente estática e aparecem elas mesmas como elementos dinâmicos, em contínua transformação, infinitamente revolucionadas por meio dos sucessivos ciclos econômicos.

Esta específica ciclicidade é a expressão do desequilíbrio estrutural e do caráter intrinsecamente contraditório do capitalismo: e incrementação indefinida das forças produtivas é o resultado necessário das leis coerciti-

⁶ “L’idée de Marx est que la thèse selon laquelle ‘les circonstances font tout autant les hommes que les hommes font les circonstance’ *se renverse* à partir du moment où *les hommes font tout autant les circonstances que les circonstances font les hommes*. Non seulement, cette thèse a une valeur critique contre les diverses écoles philosophiques matérialistes et idéalistes, mais elle ne s’applique pas indifféremment à toutes les époques historiques. Il faut la comprendre comme s’appliquant à notre époque qui est celle d’un tournant historique mondial. Du moins, Marx le pensait-il. Telle est l’expression et l’essence du matérialisme marxien” (ivi, p. 247).

⁷ *MEW*, 4, p. 464; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 109.

vas do capital, que por um lado impõem à produção de se desenvolver indefinidamente, além das necessidades, independentemente da exigência da pergunta, e pelo outro mantém a troca individual como forma de socialização da produção privada, o mercado como lugar em que se deve realizar a produção. Assim, ciclicamente a produção irá encontrar um mercado limitado, saturado, incapaz de fagocitar a enorme quantidade de bens produzidos. É o momento das crises econômicas.

Nas crises declara-se uma epidemia social que teria parecido um contrasenso a todas as épocas anteriores – a epidemia da sobreprodução. A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe que uma fome, uma guerra de destruição generalizada lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem-lhe aniquilados. E porquê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. [...] E como supera a burguesia as crises? Por um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda de mercados velhos. Como, então? Preparando crises mais generalizadas e mais graves, e reduzindo os meios para prevenir as crises.⁸

A “temporalidade cíclica” expressando a peculiar dinâmica de desenvolvimento na forma de produção do capitalismo, teria que constituir o pressuposto da análise da luta de classe entre burguesia e proletariado, seja o princípio que define a modalidade específica da revolução social. Tais deduções são ausentes nos pensamentos de Marx dos anos 40: por um lado a luta de classe segue uma dinâmica de desenvolvimento absolutamente linear, pelos quais a originária aliança entre burguesia e proletariado contra os poderes reacionários torna-se progressivamente antagonismo;⁹

⁸ MEW, 4, p. 468; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 112.

⁹ Sobre a relação entre a Filosofia e a teoria marxiana dos anos ‘40 cfr A. Tosel, *Les critiques de la politique chez Marx*. In: E. Balibar, A. Tosel, C. Luperini. *Marx et sa critique de la politique*. Paris: F. Máspero, 1979. p. 28; Id. *La philosophie de Marx*. Paris: La découverte, 1993; Id., *Cinq études de matérialisme historique*. Paris: F. Maspero, 1974 e Id. *État, parti, idéologie. Esquisse d’un problème*. In E. Balibar, A. Tosel, C. Luperini. *Marx et sa critique de la politique*, cit., p. 134-136.

por outro a representação da revolução social ainda fica absolutamente “abstrata”, concebida em plena analogia com as revoluções burguesas da época moderna, como um evento de breve respiro, capaz de destruir rapidamente, pela conquista do poder político do proletariado, o inteiro ordenamento burguês.¹⁰

A estratégia enunciada no Manifesto é plenamente coerente com tais pressupostos políticos ainda “filosófico-abstratos”: aí onde, como na Alemanha, estava-se bem longe de ver realizada uma sociedade capitalista madura e com essas condições objetivas para revolução social, o proletariado deveria ainda ser, como o proletariado francês de 1789, aliado da burguesia contra as forças reacionárias e teria que ajudá-la a realizar o seu domínio social e político total; aí onde, como na Inglaterra, a forma de produção capitalista tinha ainda passado todas as etapas do seu desenvolvimento, a revolução social seria iminente.¹¹

A França, nesta perspectiva de absoluto paralelismo entre o desenvolvimento econômico, conquista burguesa do poder político e realização das condições objetivas da revolução proletária era por Marx um enigma não resolvido.

¹⁰ Sobre a concepção marxiana da revolução francesa como “forma clássica” da revolução e sobre o “giacobinismo” de Marx cfr. E. Balibar, *La crainte des masses*, cit., p. 157-165; B. Bongiovanni, *Le repliche della storia: Karl Marx tra la Rivoluzione francese e la critica della politica*, Torino, Bollati Boringhieri, 1989, p. 60-70; J. Bruhat, *Marx et la révolution française*. In: “Annales historiques de la Révolution française”, aprile-giugno 1966, p. 125-147; A. Cornu, *Karl Marx et la révolution française*. In: “La pensée”, 1958, n. 81, p. 61-74; F. Furet, *Marx et la révolution française*. Paris: Flammarion, 1986, p. 13-85; G. Sgro’, “Le considerazioni di un giovane in occasione della scelta di una professione”: il tema di tedesco di Karl Marx per l’esame di licenza liceale. In: “Archivio di storia della cultura”, anno XVIII, 2005, p. 79-98; A. Soboul, *Karl Marx et l’expérience révolutionnaire française. Les origines de la théorie de la dictature du prolétariat*. In: “La Pensée”, n. 36, p. 61-69, 1951.

¹¹ Sobre a estratégia revolucionária antes da revolução de 1848 e sobre a relação entre os comunistas e as outras forças democráticas cfr. E. Balibar, *Marx, Engels and the Concept of the Party*, in *Karl Marx’s social and political thought: Critical assessment*, vol. III, cit. p. 146-151; M. Barbier, *La pensée politique de Karl Marx*, cit., p. 198-216; J. Cunliffe, *Marx, Engels, and the Party*, in *Karl Marx’s social and political thought: Critical assessment*, vol. III, cit., p. 198-215; M. Johnstone, *Marx and Engels and the Concept of the Party*, in *Karl Marx’s social and political thought: Critical assessment*, Vol. III, cit. p. 161-197; B. H. Moss, *Marx and Engels on French social democracy: Historians or Revolutionaries?* In *Karl Marx’s social and political thought: Critical assessment*, Vol. I, a cura di C. M. Brown, London; New York: Routledge, 1990, p. 222-237; J. Texier, *La nozione di “Partito” e di “Partito comunista” nel 1847-1848*. In R. Rossanda (a cura di), *Il Manifesto del Partito comunista 150 anni dopo*. Roma: Manifestolibri, 2000, p. 224-228.

Aqui a burguesia ainda teve cumprida a sua revolução política, eliminada a antiga nobreza feudal e o poder da Igreja, afirmado o seu absoluto domínio de classe, mas, do outro lado, a realidade social francesa era muito diferente daquela inglesa: o antagonismo entre burguesia e proletariado ficava ainda secundário e a maioria da população francesa ainda estava constituída por pequenos agricultores proprietários e pela pequena burguesia da cidade, cuja existência era o indicador da “imaturidade” da forma de produção do capitalismo.

Como se pode explicar esta diferença entre desenvolvimento político e desenvolvimento social? O embaraço de Marx é evidente, confirmado pelas suas hesitações sobre a estratégia política a adotar, oscilante entre a perspectiva de aliança, enunciada no *Manifesto*, e a previsão de uma revolução proletária, enunciada no artigo “A situação francesa”, publicado na “Deutsche-Brüsseler-Zeitung” de janeiro 1848:

Que faz o ministério? Nada. Que faz a oposição parlamentar legal? Nada. Que se deve esperar a França das Câmaras actuais? Nada. Que quer Guizot? Ficar no ministério. Que Querem Thiers, Molé e os outros? Voltar al ministério. Que ganha a França com esterno: ôte-toi de là, afin que je m’y mette? Nada. Ministério e oposição são portanto condenados a não fazer nada. Quem cumprirá a próxima revolução francês? O proletariado. O que é que fará a burguesia? Nada.¹²

Esta falta teórica que se traduz em incoerência estratégica, esta incapacidade de perceber as últimas consequências políticas dos pressupostos teóricos, esta fisionomia ainda “filosófico-abstrata” das análises políticas marxianas dos anos 40, expressa aquele “resíduo ideológico” que só a experiência vivida na revolução do 1848 irá colmar.

Prosperidade e Contrarrevolução

As revoluções políticas europeias, em vez de ser um passo à frente para a vitória definitiva da sociedade burguesa sobre os resíduos das épocas passadas, tiveram como único resultado a afirmação universal da

¹² *Meoc*, VI, p. 522.

contrarrevolução, não só no continente revolucionário, mas também na “pacífica” Inglaterra. Aqui a aristocracia fundiária, representada pelo partido Tory, não obstante teria perdido coma a abolição das leis sobre o grão o seu último privilégio social, e não obstante igualmente teria reconhecido a indiscutível hegemonia do capital industrial e continuava a guardar o monopólio do poder político.

E como se pode alcançar este objectivo? Nada menos que com uma *contra revolução*, ou seja com uma reacção do Estado contra a sociedade. Eles esforçam-se de ter artificialmente em pé as instituições e um poder político, condenados do momento mesmo em que o povo rural encontrou-se superado por três vezes por aquilo da cidade.¹³

A contrarrevolução, depois do biênio revolucionário, não podia mais ser considerada um fenómeno histórico contingente, uma efêmera suspensão do movimento linear da história, uma consequência das desordens revolucionários;¹⁴ golpeando também o país que conseguiu ficar indiferente aos acontecimentos revolucionários, conquistou uma “dimensão mais universal” da mesma revolução europeia. Devia ser necessariamente reconhecida como um fenómeno essencial da sociedade moderna, intimamente ligado à maneira de produção capitalista.¹⁵

A metamorfose das forças reacionárias em puras “forças políticas”, improdutivas e parasitárias, é de fato a consequência da peculiar contradição da moderna burguesia que, ao contrário das outras classes dominantes

¹³ *Mega*², I, 11, p. 319; *MEOC*, XI, p. 338-339.

¹⁴ “Com a Reacção, com os Borboes” à burguesia liberal “lhe se contrapuz mais uma vez a contra revolução. Em fim, em 1830, esta burguesia realizou seus desejos de 1789”. (*MEW*, 2, p. 131; tr. it. A. Zanardo, *La sacra famiglia*. Roma: Editori Riuniti, 1967, p. 162). Na *Sacra Famiglia* Marx interpreta o período contra revolucionário entre 1815 e 1830 como um acontecimento meramente empírico, uma breve interação do regular desenvolvimento da história para a plena afirmação da sociedade capitalista, uma afirmação temporária do acaso sobre necessidade histórica. Os êxitos contra revolucionário da história são de fato absolutamente incompatíveis com uma concepção simplesmente linear do desenvolvimento histórico.

¹⁵ Cfr. a definição de E. Balibar del termine “contre-révolution”. In: *Dictionnaire critique du Marxisme*, sous la direction de G. Labica. Paris: Presses universitaires de France, 1982. p. 241 e L. Brownstein. *The Concept of Counterrevolution in Marxian Theory*. In: *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*, Vol. III, cit., p. 273-282.

na História, é impossibilitada a cumprir a sua própria transformação da classe revolucionária em classe conservadora e é constringida a ser ao mesmo tempo, sincronicamente, revolucionária contra as forças reacionárias, conservadora com o proletariado e incapaz de se libertar definitivamente dos dois inimigos.¹⁶

A burguesia é necessária e essencialmente antagonista ao poder consolidado das tradições: as monarquias, com seus enormes aparados burocráticos e militares, são por ela “*faux frais*” de produção, despesas inúteis ao capital, inexplicáveis descontos sobre os ganhos, existências parasitárias absolutamente contraditórias a respeito das leis de produção burguesa. “*L’argent n’a pas de maître!*”¹⁷ e o capital não pode tolerar algum poder político que possa parar a sua força revolucionária, alguma limitação exterior as suas leis intrínsecas, algum obstáculo, algum privilégio. A burguesia não pode, portanto, reivindicar um Estado perfeitamente correspondente à dinâmica capital: um governo republicano “mínimo”, liberto de cada despesa supérflua, que reduza ao mínimo seus custos de produção. Aquela “comissão para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa”,¹⁸

¹⁶ Esta relação absolutamente contraditória entre a burguesia e os poderes reacionários emerge claramente nos pensamentos de Marx sobre a burguesia industrial inglesa. Por um lado, de fato, é naturalmente puxada à revolução: “A que apartem a monarquia, com seus ‘barbaricos esplendores’, a sua corte, a sua lista civil e seus lacaios, se não aos *faux frais* da produção? A nação pode produzir e trocar sem a monarquia; libertamos-nos da monarquia. As sinecure da nobreza, a Câmara dos lords? *faux frais* de produção, as colônias? *faux frais* de produção. A Igreja de Estado com as suas riquezas, espólios de saques ou de esmolas? *faux frais* de produção. Deixem que os párocos fazem livre-concorrência entre eles e que cada um os pague segundo seus bisonhos. Toda a metuculosa rotina da legislação inglesa, com a sua Corte? *Faux frais* de produção. As guerras nacionais? *faux frais* de produção. A Inglaterra pode desfrutar as nações exteriores mais baratas em tempo de paz” (*Mega*², I, 11, p. 324; *MEOC*, XI, p. 344). De outra forma a burguesia inglesa não pode levar a término este seu papel revolucionário: “Estes mesmos ‘valorosos’ livre-cambistas, renomeados pela infatigabilidade com que denunciam a interferência governativa, estes apóstolos da doutrina inglesa do *laissez faire*, que pretenderiam dar liberdade em todas as circunstâncias aos interesses individuais, são sempre os primeiros a pedir a intervenção do governo quando os interesses individuais do trabalhador vêm em conflito com os seus mesmos interesses de classe. Neste momento de luta eles olham com aberta admiração aos Estados do continente, onde os governos despóticos, que não permitem à burguesia governar, ao menos impedem aos trabalhadores opor resistência” (*Mega*², I, 12, p. 175; *MEOC*, XII, p. 137).

¹⁷ *Mega*², I, 10, p. 146; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 329.

¹⁸ *MEW*, 4, p. 464; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 109.

prospectada no *Manifesto* como êxito do desenvolvimento capitalista, é portanto o ideal político burguês, destinado a ser um projeto utópico, irrealizável: a eliminação do dispendioso aparato burocrático e militar do Estado eliminaria de fato cada autonomia formal do poder político, desmistificaria as relações entre as classes e deixaria emergir de forma perigosamente evidente o antagonismo de capital e trabalho.¹⁹

A burguesia forneceria assim ao proletariado todas as armas para a revolução e paralelamente se privaria de capacidade repressiva, destinando-se à impotência. A realização do seu “Estado ideal” seria a afirmação das condições da própria derrota certa.²⁰ A burguesia, portanto, à frente do proletariado, é constringida a perder a imagem revolucionária e a tomar aquela conservadora: os enormes custos de gestão do aparato estatal, que tenha antes denunciado como “faux frais” da produção intoleráveis descontos sobre os ganhos, vêm improvisadamente reconhecidos como despesas mais que necessárias ao capital, as suas únicas armas contra a luta de classe, os únicos instrumentos capazes de garantir a ordem e a paz social e assegurar assim as condições indispensáveis para a exploração capitalista do trabalho.

A essência dúplice da burguesia encarna portanto as duas instâncias contraditórias, reciprocamente negada: o proletariado é tanto seu único aliado contra os poderes reacionários, quanto seu inimigo “irreconciliável, invencível – invencível porque a sua existência é condição da [...] dominação burguesa”;²¹ por outro lado as forças repressivas do Estado são sim

¹⁹ Se esclarece assim a relação entre a concepção do Estado moderno com Estado burocrático e parasitário, formalmente autônomo da sociedade, e aquela do Estado como Estado de classe, enunciada no *Manifesto*: esta última, fundada sobre a perspectiva linear, torna-se numa “tendência” que nunca se pode realizar pelo dúplice e sincrônico antagonismo que caracteriza a classe burguesa. Sobre o reperto do Estado e a estrutura de classe específica da sociedade burguesa cfr. também E. Andrew, *Marx's Theory of Classes: Science and Ideology*, in *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*, Vol. II, cit., pp. 263-277; M. Mauke, *La teoria delle classi nel pensiero di Marx ed Engels*, tr.it. C. Papini. Milano: Jaca Book, 1973. p. 9-15; D. Sayer, *The Critique of Politics and Political Economy: Capitalism, Communism and State in Marx's Writings of the Mid-1840s*, in *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*, Vol. I, cit., p. 670-678.

²⁰ Cfr. L. Althusser, *Marx dans ses limites*. In Id. *Écrits philosophiques et politiques*, vol. I, Paris: Imec, 1994. p. 428-449. Vol. 1.

²¹ *Mega*², I, 10, p. 139; tr.pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 232.

“faux frais” dos quais a burguesia quer se libertar, mas, também, ao mesmo tempo, a sua única arma contra o proletariado. Para manter o próprio domínio de classe, a burguesia deve inibir o desenvolvimento da dialética histórica, manter adormecida a sua essência contraditória, tornar latente, suspensa a conflitualidade social, impedir o emergir violento de seu “dúplice antagonismo”, evitar por um lado que as classes revolucionárias “avancem da emancipação política para a social”,²² e por outro, que a reação retroceda “da restauração social para a política”.²³

Este limbo, esta dimensão da absoluta indecisão histórica tem uma condição transcendental da prosperidade econômica, que cria as condições para poder realizar um tácito e hipócrita compromisso entre burguesia e as forças repressivas do Estado, capaz de anestesiar as contradições tendencialmente explosivas do capitalismo: o crédito burguês submete-se aos interesses improdutivos do Estado; aceita suportar o peso das classes privilegiadas e parasitárias e estes últimos empenham-se a garantir a ordem e a paz social, tornando-se assim instrumentos burgueses contra os perigo da luta de classe.²⁴

Todas as monarquias europeias fundavam-se em Marx, antes de 1848, sobre esse “tácito compromisso”, cujas cláusulas específicas dependiam, nas várias nações, do poder social, e, portanto, da força contratual das várias burguesias nacionais.

²² *Mega*², I, 10, p. 148; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 242.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Marx descreveu o “compromisso hipócrita” entre a burguesia e as forças reacionárias. Lenin descreverá a possibilidade da mesma mediação também entre a burguesia e o outro seu inimigo, o proletariado: “Porque o monopólio da Inglaterra explica a vitória (temporária) do oportunismo na Inglaterra? Porque o monopólio dá um sobreganho, ou seja um excesso de ganho, superior ao ganho capitalista habitual, normal em todo o mundo. Deste sobreganho os capitalistas podem sacrificar uma pequena parte (e muito considerável!) para corromper seus próprios obreiros, para criar uma espécie de aliança [...], uma união dos obreiros de uma dada nação com seus próprios capitalistas contra os outros países. [...] A burguesia, duma “grande” potência imperialista pode corromper economicamente os estrados superior dos “próprios” obreiros, sacrificando a este escopo também mais de uma centena de milhões de francos por ano, porque o sobre ganho amonta, provavelmente, a cerca um bilhão” (V. I. Lenin, *Opere complete*, vol. 23, tr, it I. Ambrogio, Roma: Editori Riuniti, 1965. p. 126-127).

A burguesia inglesa, recusando-se a tomar da sua própria hegemonia social “as necessárias conclusões políticas e econômicas”,²⁵ deixou a gestão do Estado nas mãos da aristocracia fundiária, garantia da ordem social.

A Constituição britânica não é mais do que um compromisso superado, anacrônico e caído em prescrição, entre a burguesia que *não oficialmente* mas de facto predomina em todas as esferas decisivas da sociedade e da aristocracia dos agricultores *oficialmente reinante*.²⁶

Bem diferente era a força social da burguesia francesa, que, em nome da ordem social, devia aceitar o domínio político da aristocracia financeira, “o *renascimento do lumpenproletariado nos cumes da sociedade burguesa*”.²⁷ O Estado francês, monopolizado por uma “claque” de interesses particulares, tornou-se uma “sociedade por ações para explorar a riqueza nacional da França e cujos dividendos eram distribuídos por ministros, Câmaras, 240 000 eleitores e o seu séqüito”.²⁸

Na Alemanha enfim o compromisso parecia absolutamente impossível: a débil burguesia alemã, a mais necessitante proteção estatal contra a concorrência estrangeira, encontrava-se à frente de um poder político que não só era incapaz de tutelar seus interesses econômicos, mas constringia a tomar cargo dos enormes custos de mantimento da estrutura ainda feudal da monarquia.

A burguesia alemã era, no entanto, a menos propensa a começar o caminho da revolução:

Aos seus olhos a Coroa era, porém, precisamente apenas o escudo pela graça de Deus por detrás do qual se deviam ocultar os seus interesses próprios profanos. A inviolabilidade dos seus interesses próprios e das formas políticas correspondentes ao seu interesse, traduzida na linguagem constitucional, devia soar [assim]: *inviolabilidade da Coroa*.²⁹

²⁵ *Mega*², I, 11, p. 324; *Meoc*, XI, p. 345.

²⁶ *Mega*², I, 11, p. 324; *Meoc*, XI, p. 52.

²⁷ *Mega*², I, 10, p. 122; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 212.

²⁸ *MEGA*², I, 10, p. 121; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 212.

²⁹ *MEW*, 6, p. 106; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 137.

O “compromisso Hipócrita” entre os poderes repressivos de Estado e burguesia é também o segredo da afirmação universal da contrarrevolução ao fim do biênio revolucionário:

A partir de 1849 a prosperidade industrial e comercial representou o sofá sobre o qual a contra revolução dormiu sem ser perturbada.³⁰

Depois da crise econômica iniciada na Inglaterra entre 1845 e 1847, principiava o novo período de bem-estar, prosperidade, crescimento da economia e, conseqüentemente, uma renovada indiferença da burguesia com a política. O desejo de ser tutelada contra os perigos dos conflitos sociais levou a abandonar seus representantes políticos e a se refugiar novamente entre os braços dos poderes contrarrevolucionários.³¹

Na Inglaterra:

A burguesia, neste momento de intensa actividade comercial – e sabe-se bem que estes felizes momentos tornam-se sempre mais raro e sempre mais distantes um do outro – faz e deve fazer dinheiro, muito dinheiro; só dinheiro. E deixa a seus homens políticos ex professo o encargo de controlar os tories.³²

A burguesia francesa “demonstrava que a luta pela defesa do seu interesse público, do seu próprio *interesse de classe*, do seu *poder político*, apenas o incomodava e o desgostava como a perturbação do negócio privado”.³³ Abandonou assim a assembleia legislativa ao seu triste destino e se tornou Bonapartista.

³⁰ *Mega*², I, 12, p. 332; *Meoc*, XII, p. 323.

³¹ Cfr. J. Ehrenberg. *The dictatorship of proletariat*. London; New York, 1992. p. 41-49; B. H. Moss. *Marx and Engels on French Social Democracy: Historians or Revolutionaries?* cit., p. 222-237.

³² *Mega*², I, 11, p. 350-351; *Meoc*, XI, p. 377.

³³ *Mega*², I, 11, p. 165; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 488.

Na Alemanha, paralelamente, “pelo medo da revolução a parte comercial e industrial da burguesia deita nos braços da contra-revolução”.³⁴ A assembleia intestina encontrou-se completamente isolada na sua guerra contra a Coroa; seu apelo aos cidadãos de não pagar as taxas ao governo traidor não seria tomado a sério, se não fosse pelo entusiasmo dos movimentos democráticos, que em seguida deverão responder sobre isso nos tribunais.

Crise e Revolução

A burguesia, até quando há abundância de crédito, prosperidade, crescimento econômico, mantém suspendidos os pressupostos contraditórios de seu domínio, persistindo na pacífica dimensão da absoluta indecisão e irresolução; com a crise a contradição explode violentamente, inaugurando uma conjura revolucionária.

A redução da disponibilidade de crédito da burguesia e a penúria dos ganhos, impõem o fim dos esbanjamentos, a parcimônia, a eliminação dos “*faux frais*” da produção. Assim que o antagonismo latente, subterrâneo entre o poder político formalmente autônomo, que queria submeter o crédito burguês a seus privilégios, e a burguesia, que só de má vontade tolera estas despesas improdutivas, deve necessariamente emergir a autonomia formal do Estado, as suas capacidades repressivas, e os seus aparatos burocráticos e militares são improvisadamente reconhecidos como poderes reacionários, arbitrários, opressivos, não legítimos. Contra os regimes despóticos a revolução é um direito burguês.

A burguesia, entretanto, absolutamente priva de coragem, incapaz de ações heróicas, nunca se encaminha no terreno revolucionário. Chama o povo em sua defesa e manda-o à frente contra o perigo, permite que lhe batam para ela e recolhe os frutos da revolução.

³⁴ *MEW*, 6, p. 194; *Meoc*, VIII, p. 268.

Assim, na França, foi o proletariado que impôs a proclamação da república na base do sufrágio universal, cancelando “até a recordação dos objectivos e motivos limitados que haviam atirado a burguesia para a revolução de Fevereiro”.³⁵ Na Alemanha, paralelamente, o povo pôs fim a todas as possibilidades de compromissos com a Coroa.

A burguesia não tinha mexido um dedo. Tinha permitido que o povo se batesse por ela. A dominação para ela transferida não era, portanto, a dominação do general que vence o seu adversário, mas a dominação de um comité de segurança a quem o povo vitorioso confia a defesa dos seus interesses próprios.³⁶

O povo, “*puer robustus sed malitiosus como dizia Hobbes*”,³⁷ entrega à burguesia o poder político, mas pressiona-o ao mesmo tempo a superar as suas limitadas reivindicações iniciais, a se elevar acima da própria existência de classe, a se tornar no representante da “vontade universal da Nação”, na classe universalmente emancipadora, símbolo da definitiva vitória do direito sobre todos os poderes arbitrários, sobre cada forma de privilégio. As condições para a libertação das outras classes sociais implicam a superação do modo de produção burguês enquanto o domínio de classe da burguesia pressupõe a escravidão das outras classes sociais. Como poderia a burguesia tutelar os próprios interesses particulares de classe e ser ao mesmo tempo a porta-voz da reivindicações das outras classes sociais? Como poderia garantir as condições de domínio do capital sobre o trabalho e representar os interesses do proletariado? Como tutelar os interesses da pequena burguesia e da pequena propriedade rural se seu poder é o domínio do grande capital, que destrói com férrea necessidade a pequena propriedade?

“*Aprés moi le déluge!*”³⁸ O poder político da burguesia, conquistado por via revolucionária, deixa emergir suas instâncias contraditórias, reciprocamente excluídas, e cria assim “o terreno para a luta pela sua emancipa-

³⁵ *Mega*², I, 10, p. 124; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 215-216.

³⁶ *MEW*, 6, p. 106; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 138

³⁷ *MEW*, 6, p. 111; *Meoc*, VIII, p. 162.

³⁸ *Mega*², I, 10, p. 196; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 295.

ção”:³⁹ a revolução burguesa torna-se a primeira fase de um movimento revolucionário que deve prosseguir sem parar, “numa linha ascensional”,⁴⁰ queimar as etapas da história, perpetuar-se, prolongar-se em permanência, e sem parar, sem aceitar compromissos, inexorável, deve levar a cumprimento o seu papel tornando a revolução política uma revolução social e superando o fundamento contraditório da sociedade burguesa.

Uma necessidade vital leva portanto a burguesia a “reagir”, a parar este movimento ascendente, a fechar o mais rapidamente possível a conjura revolucionária, a reposição do terreno legal, bem longe de poder ser decidido pela vontade da burguesia; depende exclusivamente da retomada econômica. “O terreno contra revolucionário também é revolucionário”⁴¹ e a traição burguesa instaura necessariamente o movimento oposto, “descendente”, para a contrarrevolução, e a burguesia é destinada a perder novamente o controle dos acontecimentos e ser enfim derrotada pelas forças reacionárias. Este movimento descendente, em 1848, tanto na França como na Alemanha, realizou-se em duas fases.

A primeira, aquela da “resistência passiva”, foi dominada pelas representações ideológicas da realidade:⁴² formalmente a burguesia reconhecia a revolução como ato fundativo de seu domínio e se proclamou classe universalmente emancipadora, representante da vontade do povo; praticamente contradizendo e negando os princípios ideais, tentou estabelecer uma distância entre o seu poder político e o evento revolucionário que o gerou. A burguesia francesa proclamou assim a “fraternité” universal como

³⁹ *Mega*², I, 10, p. 125; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 216.

⁴⁰ *Mega*², I, 11, p. 118; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 438.

⁴¹ *MEW*, 6, p. 102; *Meoc*, VIII, p. 153.

⁴² Sobre o problema da função da representação ideológicas na história cfr. P. L. Assoun. *Marx et la répétition historique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978. p. 130-131; I. Garò. *Représentation et politique chez Marx*. In: “La pensée”, n. 350, avril-juin 2007, p. 77-88; M. Tomba. *Il materialista storico al lavoro. La storiografia politica del Diciotto Brumaio*. In: AA.VV. *Pensare con Marx, ripensare Marx*. Roma: Sped. Al. Graf, 2008.

o princípio fundante da república, enquanto paralelamente a política do governo provisório teve um único objetivo: “Era preciso, pois, *acabar-se com os operários*”.⁴³

Na Alemanha o expediente com o qual a burguesia reconhecia e negou ao mesmo tempo a relação entre revolução e seu poder político, foi a transformação de um nexos casual numa relação temporal.

Post e non propter, quer dizer, o senhor Camphausen foi feito presidente do Conselho não por efeito da revolução de Março, mas depois da revolução de Março.⁴⁴

O ministro Camphausen, definindo-se “primeiro ministro depois da revolução de Março”, reconhecia a revolução só como momento de início do poder burguês e tacitamente confessava que a sua ação política seria desenvolvida numa outra área: na “área legal do direito”, em acordo com a Coroa.

A segunda fase inicia com o massacre do proletariado de Paris em junho 1848. Este marco foi o da definitiva derrota da revolução europeia, a passagem da fase da “resistência passiva” àquela do “ataque activo” contra a revolução: inicialmente desfrutou o povo contra os poderes reacionários, depois libertou-se também do antigo aliado, e parecia ter resolvido o carácter contraditório do seu poder político destruindo os elementos constitutivos, como se fosse a única força sobrevivida. Reprimindo o povo, porém, qual outra arma teria contra os poderes reacionários? E como poderia continuar a repressão do povo uma vez destruído o antigo aparato estatal? Mais uma vez atendia-lhe um papel impossível.

A burguesia francesa tentou “eternizar” este momento de absoluto domínio, político e social, por meio da emanção de uma Constituição que teria que protegê-la contra todas as classes inimigas, mas na realidade radicalizava a contradição burguesa entre liberdade ideal e ditadura real, pelo princípio da divisão dos poderes. O poder legislativo, representante

⁴³ *Mega*², I, 10, p. 132; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 224.

⁴⁴ *MEW*, 5, p. 25; *Meoc*, VII, p. 26.

da ideal universalidade do poder político burguês, foi investido de “poderes morais”, enquanto ao presidente da república, representante das funções reais do Estado burguês, foram garantidos o pleno controle sobre o executivo e sobre as forças militares, ou seja, os poderes de um monarca absoluto mas com o limite temporal do termo do mandado – que marcava a passagem da onipotência ao nada. Assim, a constituição “Não só consagra a divisão de poderes, como Carta [Constitucional] de 1830, como a alarga até à contradição insustentável”.⁴⁵

Instigava necessariamente o executivo à solução anticonstitucional.⁴⁶ A burguesia francesa, enquanto iludia-se de estar afirmando as condições da própria ditadura de classe, estava lançando na realidade as premissas para o golpe de Luís Bonaparte.

Na Alemanha, a passagem da “resistência passiva” ao “ataque ativo” foi simbolizado pela queda do ministro Camphausen.

O ministério de acção foi o segundo ministério depois da revolução de Março. Aqui está seu ministério.⁴⁷

A política impossível do ministro Hansemann resume-se na fórmula: “Senhores! Em assuntos de dinheiro, a cordialidade acaba!”.⁴⁸ Esta expressão era portadora de duas mensagens diferentes: para a Coroa devia significar a abolição dos antigos privilégios da “camarilla de berlim”, o fim dos antigos “faux frais” da produção estatal, dos poderes privilegiados, da nobreza. A monarquia absoluta tornaria-se uma monarquia constitucional e a única forma de propriedade tutelada seria a propriedade burguesa. Para o povo o mesmo imperativo era um advertimento: porque o crédito burguês necessitava de ordem e estabilidade social o governo provia a reprimir todos os sobressaltos sociais, todas as tentativas de despertar a luta de classe.

⁴⁵ *Mega*², I, 11, p. 110; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 430.

⁴⁶ Sobre a estrutura intrinsecamente contraditória da Constituição Francesa de 1848 cfr. P. Craveri. *Genesi di una costituzione*. Napoli: Guida, 1985.

⁴⁷ *MEW*, 6, p. 113; *Meoc*, VIII, p. 165.

⁴⁸ *Ibidem*.

Mais uma vez os dois papéis negavam-se reciprocamente: se a burguesia quisesse realmente destruir o poder da coroa, deveria apoiar o povo revolucionário, mas, para reprimir o povo, não poderia fazê-lo, pelo menos não com os antigos poderes repressivos do Estado. A burguesia alemã, como a francesa, tornou unilateral a contradição e se limitou à repressão do povo: “A velha burocracia, o velho exército, as velhas procuras, os velhos juízes, nascidos, educados e envelhecidos a serviço do absolutismo”⁴⁹ foram investidos de poderes sempre maiores, na convenção que seriam submetidos ao novo poder burguês.

Assim também a burguesia alemã realizou todos os pressupostos para o golpe de Estado da Coroa.

Conclusões

A análise política de uma situação histórica determinada, o ano de 1848 – a “prática política”, como dizia Althusser –, sendo estruturada sobre a dúplici relação entre prosperidade econômica e “letargio das contradições” por um lado e entre crise econômica e conjura revolucionário pelo outro, supera “em prática” as insuficiências teóricas dos pensamentos marxistas dos anos 40. Noutras palavras, os textos jornalísticos relativos a 1848, ligando o movimento de desenvolvimento da luta de classe e a mesma revolução proletária à lógica cíclica do desenvolvimento do capitalismo, contêm (em forma não tematizada) os elementos fundamentais para a formulação de uma teoria marxiana plenamente coerente com o princípio teórico já enunciado na *Ideologia Alemã*, da superação da dimensão filosófica como pressuposto do conhecimento científico.

O antagonismo entre burguesia e proletariado, nunca mais concepitível como “desenvolvimento linear”, demonstra a sua progressão eminentemente cíclica. Em primeiro lugar a desmistificação das relações sociais nos períodos de crise revela ser o pressuposto para o desenvolvi-

⁴⁹ *MEW*, 6, p. 234; *Meoc*, VIII, p. 318. “A nobreza agrária do Uckermark morre do desejo de um conflito com o povo, de uma repetição das cenas parisienses de junho nas ruas de Berlim; mas não se baterá para o ministério Hansemann, se baterá para o ministério do príncipe da Prússia” (*MEW*, 5, p. 398; *Meoc*, VII, p. 441).

mento da consciência de classe do proletariado: em 1848 o massacre de junho libertou o inteiro proletariado europeu de todas as ilusões de poder emancipar-se internamente ao ordenamento burguês, da representação ideológica da burguesia qual classe universalmente emancipadora, de cada hipócrita “fraternité”. Assim o proletariado tornou-se uma classe realmente revolucionária.

Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar a república de Fevereiro a conceder, surgia agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: Derrube a burguesia! Ditadura da classe operária (...) Portanto, só através da derrota de Junho foram criadas todas as condições no seio das quais a França pode tomar a iniciativa da revolução europeia. Só empapada no sangue dos insurrectos de Junho a tricolor se tornou bandeira da revolução europeia – bandeira vermelha!

E nos gritamos: A revolução morreu! Viva a revolução!⁵⁰

Em segundo lugar, cada crise torna cada vez mais irresolúveis as contradições essenciais da burguesia:

O Estado burguês nada mais é do que uma segurança mútua da classe burguesa contra os seus elementos isolados, contra a classe explorada, uma segurança que deve tornar-se cada vez mais dispendiosa e mais autónoma perante a sociedade burguesa, porque o exercício do domínio sobre a classe explorada se torna cada vez mais difícil”.⁵¹

O progressivo crescimento do antagonismo social renderia o aparato burocrático e militar do Estado, um elemento sempre mais necessário pelo mantimento da sociedade burguesa. Isso teria imposto um crescimento e um desenvolvimento contínuo quando as crises sempre mais radicais e globais teriam constringido a burguesia a uma gestão sempre mais parcimoniosa do Estado. Os espaços para as mediações e para os compro-

⁵⁰ *Mega*², I, 10, pp. 139-140; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 231-233.

⁵¹ *Mega*², I, 10, pp. 296-297; tr. pt., *Textos filosóficos*, tr. pt. Maria Flor Marques Simões. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. p. 143.

missos em função antipopular seriam progressivamente diminuídos quando do outro lado também a estrada revolucionária seria para a burguesia sempre menos praticável.⁵²

As crises cíclicas do modo de produção capitalista tornam a burguesia sempre mais impotente à frente das suas contradições existenciais e paralelamente ensinam ao proletariado como levar o movimento “ascendente” da revolução até as suas extremas consequências. A revolução social é sempre mais à ordem do dia.

Esta nova concepção do desenvolvimento cíclico das contradições sociais deu a Marx uma válida grade interpretativa para poder encontrar as respostas àquelas perguntas que, na brutalidade da revolução, eram destinadas a ficar sem resposta. A revolução proletária era ou não a ordem do dia na França?

Do mesmo modo que os operários acreditaram poder emancipar-se ao lado da burguesia, também julgara poder realizar uma revolução proletária dentro dos muros nacionais da França, ao lado das restantes nações burguesas. As relações de produção da França, porém, estão condicionadas pelo seu comércio externo, pelo seu lugar no mercado mundial e pelas leis deste. Como é que a França as romperia sem uma guerra revolucionária europeia que tivesse repercussões sobre o déspota do mercado mundial, a Inglaterra?⁵³

A antiga questão central do Manifesto da correspondência entre o grau de desenvolvimento do capitalismo ao interno de uma nação e a consequente estratégia revolucionária a adotar parece ter perdido a antiga urgência: o âmbito em que se definem as condições objetivas pela revolução proletária de fato não é mais a nação, mas em vez, o contexto e a fisionomia peculiar de uma conjura revolucionária. O problema mais urgente torna-se, assim, a compreensão da dinâmica do desenvolvimento da conjura.

⁵² “Posto que a contrarrevolução vivesse na Europa toda graças às armas, morreria em toda Europa graças ao dinheiro. A fatalidade que sofreria a vitória seria a *bancarrota* europeia, a *bancarrota de Estado*. Contra as pontas “econômicas” as pontas das baionetas se quebrarão como isco” (*MEW*, 5, p. 457; *MEOC*, VII, p. 519).

⁵³ *Mega*², I, 10, pp. 126-127; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., pp. 217-218.

A revolução política segue sempre um caminho inverso em relação à crise econômica: nascem sempre nas zonas periféricas, onde as débeis burguesias locais são desarmadas à frente da crise, e tendem a se expandir progressivamente para o centro.⁵⁴ Se em 1848 não conseguiram ultrapassar a Manga e por isso foram derrotadas, na próxima crise teriam chegado à Inglaterra, tornando a inicial analogia entre as duas conjuras numa diferença absoluta.⁵⁵

A revolução política de fato, chegando ao coração da forma de produção capitalista, torna-se revolução social, abrindo assim uma nova fase da conjura revolucionária: a conquista do poder político pelo proletariado inglês por um lado teria subtraído à contrarrevolução europeia àquela força secreta que rendeu-a vitoriosa em 1848, e por outro daria ao proletariado europeu a energia que até aquele momento faltou. A revolução social começaria assim seu novo movimento peculiar, inverso respeito às revoluções políticas: do centro teria chegado até nações mais fracas, sustentadas pelas forças revolucionárias, permitindo-lhe queimar as etapas, ir além das possibilidades oferecidas pelo grau de desenvolvimento econômico nacional, acelerar o tempo histórico com o terror revolucionário, perpetrar a revolução, e chegar enfim àquela dimensão universal em que a revolução social é vitoriosa.⁵⁶

Esta perspectiva seguramente idílica não queria ser profética. É impossível de fato definir a-priori o êxito das conjuras: se os pressupostos objetivos da revolução proletária seriam simplesmente conduzido do grau de desenvolvimento quantitativo alcançado pelas forças produtivas até um certo estágio da forma de produção capitalista, não se conseguia sair da perspectiva filosófica do Manifesto. Tais condições são ao mesmo tempo o pres-

⁵⁴ “É natural que as explosões violente manifestam-se antes as extremidades do corpo burguês do que no seu coração, porque aqui as possibilidades de um compenso são maiores” (*Mega*², I, 10, p. 466; *Meoc*, X, p. 522).

⁵⁵ Cfr. F. Claudin, *Marx. Engels et la révolution de 1848*, cit., p. 346-347.

⁵⁶ Cfr. J. Textier, *Révolution et démocratie chez Marx et Engels*, cit., p. 22-23; D. Doveton, *Marx and Engels on Democracy*. In: “History of political thought”, 1994, XV, p. 555-591; M. Johnstone. *Marx, Blanqui, and Majority Rule*. In: *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*, Vol. III, cit., p. 331-351; L. Althusser. *Lo Stato e i suoi apparati*, tr. it. M. T. Ricci. Roma: Editori Riuniti, 1997. p. 77.

suposto e o resultado da conjuntura: por um lado é obviamente o desenvolvimento quantitativo das forças produtivas que, gerando as crises econômicas, torna possível a abertura das conjunturas revolucionárias; mas pelo outro, ao interno da mesma conjuntura, a crise configura-se como um processo que ou se generaliza radicalizando o movimento revolucionário ou se reduz inaugurando uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo.⁵⁷

Na conjuntura de 1848 os mais diferentes fatores, subjetivos e objetivos, inibiram o movimento de radicalização, favorecendo a retomada econômica e a contrarrevolução. A abolição das leis sobre o grão, a descoberta das minas de ouro californianas, a imaturidade do proletariado europeu, a atitude reacionária dos agricultores e da pequena burguesia, a suspensão das leis bancárias de R. Peel. Marx, quase como que querendo exorcizar esta possibilidade regressiva nos primeiros anos 50, começou uma espasmódica busca dos elementos que pudessem ser os “factores de radicalização”: que se tratasse da política inglesa, da questão indiana, da guerra de Crimeia, das leis de Sir R. Peel, das mudanças da taxas de interesse do Banco inglês ou das revoltas sociais na China; todas as questões particulares eram enfrentadas sempre na mesma perspectiva: tentando definir o papel específico que poderia tomar na futura crise e a potencial capacidade de inibir a retomada econômica.

A relação entre a Velha Europa e os Estados Unidos da América é emblemática da dupla possibilidade essencial, sempre presente em cada conjuntura revolucionária:

As minas de ouro californianas foram descobertas só há dezoito meses, e já os yankees aviaram a construção de ferrovia, de uma grande rua e de uma rua de água do golfo do México, já existem viagens regulares de navios a vapor de New York para Chagres, de Panamá para San Francisco, já o comércio do oceano Pacífico concentra-se no Panamá, e a rota para cabo Horn é superada. Uma costa de 30 graus de latitude, uma das

⁵⁷ “Esta dúplice crise vem acelerada, tornada maior e mais perigosa das convulsões que ao mesmo tempo incumbem no continente, as revoluções tomarão pelo efeito que terá a crise inglesa no mercado mundial um carácter muito mais socialista”. (*Mega*², I, 10, 303; *Meoc*, X, p. 341). Cfr. L. Althusser. *Marx dans ses limites*, cit., p. 462.

zonas mais férteis e lindas do mundo, até hoje praticamente desabitada, será transformada num país rico e civilizado, densamente povoado por gente de todas as raças, do yankee ao chinês, do negro ao indianos aos males, do crioulo ao mestiço ao europeu. O ouro californiano reversa-se na América e na costa asiática do oceano Pacífico e leva os indóceis povos bárbaros ao comércio mundial, na civilidade. O que na Antiguidade foram Tiro, Cartago e Alexandria, para a Idade Média Génova e Veneza e, até hoje, Londres e Liverpool, ou seja empórios do comércio mundial, agora muito cedo serão New York e San Francisco, San Juan de Nicarágua e Leon, Chagres e Panamá. O fulcro do trafico mundial – na Idade Média à Itália, na época moderna à Inglaterra – será agora a metade meridional da península norte-americana. A indústria e o comércio da velha Europa devem empenhar-se a fundo se não querem acabar na mesma decadência em que caíram a indústria e o comércio italianos desde o século XVI, e se Inglaterra e França não querem reduzir-se àquilo que hoje são Veneza, Génova e a Holanda [...] Graças ao ouro californiano e à incansável energia dos yankees, muito cedo as duas costas do Pacífico serão povoadas, abertas ao comércio e industrializadas quanto é actualmente a costa de Boston a New Orleans. Então o oceano Pacífico terá a mesma função que hoje tem o oceano Atlântico, e que na Idade Média foi do Mediterrâneo, ou seja a função de grande via marítima do trafico mundial; e o oceano Atlântico se reduzirá a mar interno, como é hoje o Mediterrâneo. A única possibilidade, para os países europeus civilizados, de não cair naquela dependência industrial, e comercial e política em que hoje encontram-se a Itália, a Espanha e Portugal, está numa revolução social que mude os sistemas de produção e de transporte segundo as necessidades da produção quais surgem das modernas forças produtivas, que mantenham a indústria europeia, a sua superioridade compensando desta forma as desvantagens da posição geográfica.⁵⁸

“*Après moi le déluge!*”:⁵⁹ a explosão do fundamento contraditório da forma de produção burguesa abre um espaço de incerteza histórica e de múltiplas possibilidades, que se realizam no curso do desenvolvimento da conjuntura, mediante o estendimento e a imprevisível interação de uma

⁵⁸ *Mega*², I, 10, p. 218-219; *Meoc*, X, p. 264-265.

⁵⁹ *Mega*², I, 10, p. 196; tr. pt., *Obras escolhidas*, cit., p. 295.

pluralidade de fatores heterogêneos, subjetivos como objetivos, que pode ser os “inibidores” ou os “radicalizadores” da crise e que nunca são definíveis a priori.⁶⁰ O futuro está aberto a múltiplas possibilidades e é só na conjuntura revolucionária que se decidem as sortes da luta entre as capacidades expansiva e metamórfica do capitalismo, que lhe permite sair das crises, e a força expansiva, “ascendente”, acelerante da revolução.

⁶⁰ Cfr. M. Rubel, *Marx devant le bonapartisme*. Paris: La Haye, Mouton & Co, 1960. p. 149-161; a definição de Balibar de “appareil”. In: AA. VV. *Dictionnaire critique du Marxisme*, cit., p. 49; K. Papaioannou. *Marx and the Bureaucratic State*. In: *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*. Vol. III, cit., p. 42- 43.

